

A ESCOLA E SUA INTERFACE COM A LUTA PELO TERRITÓRIO: CONQUISTA DO POVO PURUBORÁ, RO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Edson Caetano
Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a relação entre a conquista da escola indígena e a (re)demarcação do Território Puruborá. Trata-se de produto de uma pesquisa de mestrado, do tipo etnográfico, realizada no município de Seringueiras, RO. Os dados foram produzidos por meio de análise documental, observação participante e entrevistas. A análise se deu por meio da triangulação dos dados, em articulação com o referencial teórico utilizado. Os resultados indicam que a conquista da escola, neste contexto, está atrelada às demais lutas desse povo indígena e decorre do histórico processo de sua organização em torno da reivindicação da (re)demarcação do seu território tradicional.

Palavras-chave: Escola, território, povo Puruborá, indígena.

The school and its interface with the fight for territory: conquest of the Puruborá, RO

Abstract: This text aims at analyzing the relation between the conquest of the indigenous school and the (re)demarcation of the Puruborá Territory. This is a product of a Master research, based on an ethnographic perspective, held in the municipality of Seringueiras, RO. The data were produced through documentary analysis, participant observation and interviews. The analysis was done through the triangulation of the data, articulated with the theoretical reference. The results indicate that the conquest of the school in this context is linked to the other fights of this indigenous people and stems from the historical process of their organization around the claim of (re)demarcation of their traditional territory.

Keywords: School, territory, Puruborá people, indigenous.

La escuela y su interfaz con la lucha por el territorio: conquista del Pueblo Puruborá, RO

Resumen: Este texto tiene como objetivo analizar la relación entre la conquista de la escuela indígena y la (re)demarcación del Territorio Puruborá. Se trata de producto de una investigación de maestría, del tipo etnográfico, ocurrida en el municipio de Seringueiras, RO. Los datos fueron producidos por medio de análisis documental, observación participante y entrevistas. El análisis se dio por medio de la triangulación de los datos, en articulación con el referencial teórico utilizado. Los resultados indican que la conquista de la escuela, en ese contexto, está ligada a las demás luchas de ese pueblo indígena y deriva del histórico proceso de su organización en torno a la reivindicación de la (re)demarcación de su territorio tradicional.

Palabras clave: Escuela, territorio, pueblo Puruborá, indígena.

Introdução

O presente artigo¹ tem como objetivo analisar a relação entre a conquista da Escola Indígena e a (re)demarcação² do território tradicional do povo Puruborá. Trata-se de um grupo indígena do Estado de Rondônia, considerado resistente e ressurgido³, pois teve sua identidade negada, e

¹ A presente pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Utilizamos a palavra (re)demarcação, porque embora a Terra Indígena (TI) Puruborá nunca tenha sido oficialmente demarcada, registros históricos e coletivos deste povo apontam que a terra foi demarcada pelo Marechal Rondon afixando pedaços de madeiras no chão por volta de 1909.

³ O povo Puruborá foi nomeado como ressurgido, inicialmente, pelo Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), entidade que o ajudou quando começou a se (re)agrupar na década de 2000, após ser expulso de seu próprio território por três vezes. Neste artigo, o termo ressurgido será utilizado segundo a definição de Amorim (2003, 2010): sair do anonimato, dar-se a conhecer, apresentar-se e levantar-se como indígenas ao órgão oficial e à sociedade local, após um período sem o fazer. Já o termo resistente não será utilizado no sentido de

reassumiu suas origens⁴ participando ativamente do movimento indígena local, regional, nacional e internacional.

Na década de 2000, alguns Puruborá se mobilizaram em torno da aldeia Aperoi, localizada às margens da BR 429⁵, no município de Seringueiras, Rondônia, formada por um conjunto de áreas rurais adquiridas por membros da etnia Puruborá e/ou companheiros. Assim, iniciou-se a luta pelos principais direitos do povo Puruborá, entre eles: a) a legitimação identitária reconhecida em 2003 (CIMI-ANE, 2004) pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e pelos outros povos indígenas de Rondônia – o que vem acontecendo paulatinamente; b) a revitalização da sua cultura; e c) a (re)demarcação do seu território.

A ordem dos acontecimentos mencionados acima não pode ser interpretada como uma sequência, mas como momentos que aconteceram e acontecem simultaneamente, especialmente porque desde 2001 o povo Puruborá realiza assembleias anuais para discutir seus direitos e suas reivindicações, além de se reencontrar, já que esse povo vive em vários municípios de Rondônia e Mato Grosso⁶.

Desde a primeira assembleia, ocorrida em outubro de 2001, na casa de Dona Emília – matriarca do povo –, os Puruborá reivindicam a recuperação de seu território tradicional para a garantia do futuro de seus filhos, filhas, netos e netas, ou seja, a garantia de suas existências e de seus familiares.

Nosso foco neste texto é discutir a temática da escolarização formal nesse grupo específico e esclarecemos que, embora ainda no século XXI continuem existindo discursos de que os povos indígenas não possuem educação e que a escola é que trouxe educação para os povos indígenas, nos colocamos em contraposição a estes discursos.

A educação indígena, como parte do patrimônio cultural desses povos, é responsável pela formação e informação de crianças, jovens e adultos sobre as tradições, os costumes, a cultura, os ritos, as músicas, as pinturas, as práticas religiosas, as festas, os valores, os conhecimentos e as relações com a natureza e com os demais seres humanos e todos os saberes indispensáveis à constituição dos indígenas de cada etnia. É efetivada pela participação na comunidade e ocorre especialmente por meio da oralidade (BERGAMASCHI, 2005; BRITO, 2012; FERREIRA, 2007; FERREIRA, 2012; MARKUS, 2006).

Entre os povos indígenas a formação das pessoas não é responsabilidade de uma instituição específica e nem de pessoas exclusivas. Aprende-se desde o nascimento, observando, ouvindo, vendo, compartilhando, provando e fazendo. Toda a comunidade é educativa e todas as pessoas da comunidade são responsáveis pela formação dos seus e das suas integrantes (BERGAMASCHI, 2005; BRITO, 2012; FERREIRA, 2007; FERREIRA, 2012; MARKUS, 2006).

Neste sentido, segundo o pesquisador indígena Ferreira,

imutabilidade e inflexibilidade, mas com o intuito de afirmar que a identidade indígena Puruborá sempre esteve presente, mesmo que negada por algumas pessoas e/ou instituições.

⁴ Este fato ocorreu devido ao povo Puruborá ter sua identidade indígena negada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na década de 1990, sob a alegação de não serem índios, já que eram mestiços.

⁵ Rodovia federal que liga alguns municípios do estado de Rondônia à BR 364, que dá acesso à região Norte e às demais regiões do país.

⁶ Grande parte das informações obtidas sobre o povo Puruborá é proveniente das publicações do projeto “Resgatando a memória e a história do povo Puruborá”, coordenado pelo professor mestre José Joaci Barboza, a partir da metodologia da história oral, do qual a primeira autora participou durante sua graduação.

Percebe-se que para educação indígena não existe apenas “um professor”; são vários os professores da criança: a mãe ensina, ela é professora; o pai ensina, ele é professor; o velho ensina, ele é professor; o tio ensina, ele é professor; o irmão mais velho é professor. Todo mundo é professor e todo mundo é aluno. Não há um único “detentor do saber” autorizado pela comunidade para educar as crianças e os jovens. Diante dessa questão “quem é o professor?”, a resposta mais válida é: são todos os membros de uma comunidade (FERREIRA, 2007, p. 59-60, grifos do autor).

Apesar da base da educação indígena ser respaldada nas características anteriormente citadas, não existe uma educação igual para todos os povos indígenas do Brasil e/ou fora dele, pois, como afirma Markus (2006, p. 56) “cada povo desenvolve processos educativos específicos, diferenciados dos demais e por isso a diversidade e a distintividade marcam a realidade destes povos”.

A presença da escola formal entre os povos indígenas trouxe e continua trazendo algumas questões que merecem atenção e cuidado. Num primeiro momento, esta instituição exterior a esses povos teve a finalidade de ser um lugar de catequização e civilização (BERGAMASCHI, 2005; BRITO, 2012; MARKUS, 2006; FERREIRA, 2007; FERREIRA, 2012; PEREIRA, 2010), bem como de incorporação, assimilação e integração dos indígenas à sociedade nacional e, por isso, um lugar de ruptura com o modo tradicional de ser e existir destes povos (BRITO, 2012; FERREIRA, 2007; FERREIRA, 2012; MARKUS, 2006; PEREIRA, 2010).

Entretanto, especialmente a partir da década de 1980, os indígenas buscam gerir e definir os processos de educação escolarizada entre eles (ABBONIZIO, 2013; FERREIRA, 2007; PAIXÃO, 2010; PEREIRA, 2010). A escola, que virou necessidade após o contato, está sendo indigenizada pelos próprios povos que dela participam, em decorrência ou, apesar da existência de uma base legal que busca garantir a efetivação de uma educação escolar dos povos indígenas que atendam suas reais necessidades. Dentre os documentos, evidenciamos a Constituição Federal de 1988, Portaria Interministerial n. 559 de 1991, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 de 1996, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998 e Decreto 6861 de 2009.

Assim, Ferreira (2007, p. 87) afirma que a educação escolar indígena “vai ao encontro de elementos da educação indígena, cultura indígena e suas tradições convertidos em conteúdos escritos, e com eles, dentro do currículo escolar como conteúdos das disciplinas, fazer parte de uma educação convencional”.

Nos dias atuais, os povos indígenas atribuem muitas representações e muitos papéis à escola, instituição que foi apropriada e ressignificada por eles. Segundo Novais (2013), ela tem sido um espaço cada vez mais solicitado e reivindicado pelos povos indígenas.

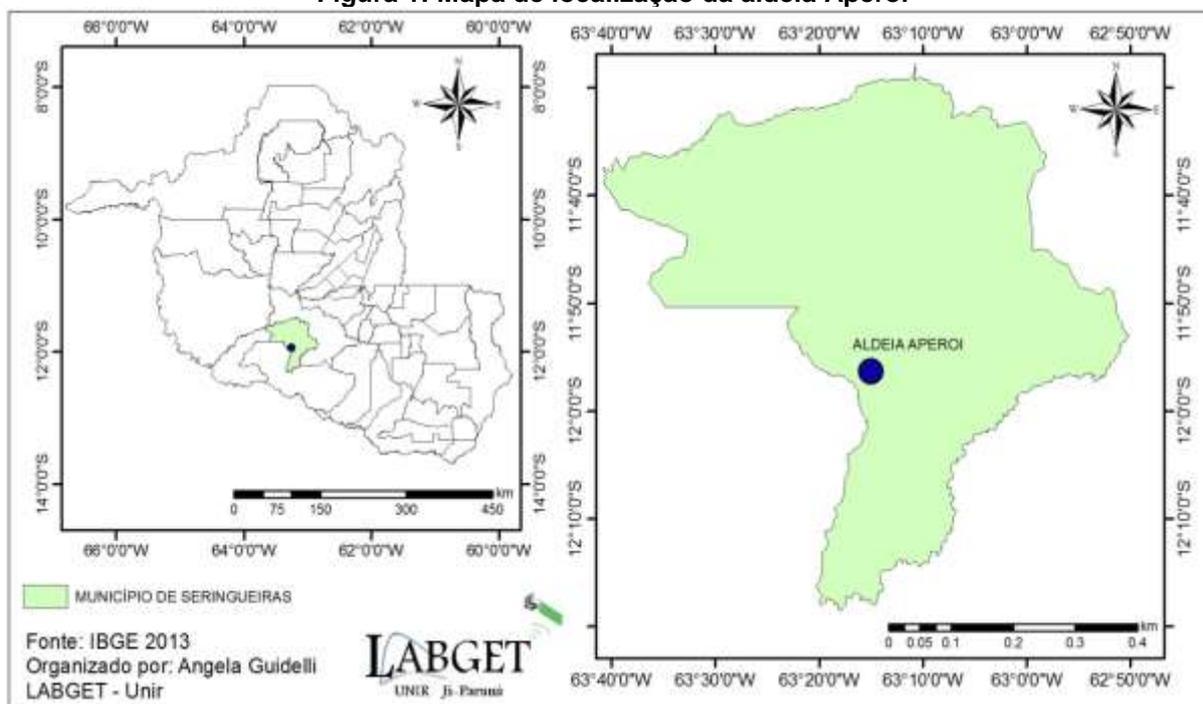
Entre as representações e os papéis atribuídos à escola, de acordo com diferentes pesquisadores, ela tem sido um lugar de possibilidades para os povos indígenas: a) serem sujeitos de suas próprias histórias (PEREIRA, 2010; ROSSATO, 2002); b) refletirem sobre seus direitos e seus próprios problemas (ROSSATO, 2002); c) construir e afirmarem suas identidades, retomarem e fortalecerem suas culturas (ABBONIZIO, 2013; BERGAMASCHI, 2006; BRITO, 2012; FERREIRA, 2007; MARKUS, 2006; PAIXÃO, 2010); d) participarem e fortalecerem a luta dos grupos indígenas (BRITO, 2012; FERREIRA, 2007; MARKUS, 2006; NOVAIS, 2013); e e) empoderarem esses grupos (NOVAIS, 2013; PAIXÃO, 2010).

Para analisar a conquista da escola pelo povo Puruborá e sua relação com a luta pelo território, organizamos o presente texto em três seções. Na primeira descrevemos brevemente a metodologia utilizada; na segunda relatamos um pouco do histórico do povo Puruborá, a conquista da escola indígena Ywará Puruborá e a luta pela (re)demarcação do território deste povo e, na terceira seção, apresentamos as considerações finais.

Metodologia

Este artigo é produto de uma pesquisa de mestrado, do tipo etnográfico, realizada nos anos de 2014 e 2015 na aldeia Aperi, localizada no município de Seringueiras, Estado de Rondônia. Utilizamos como instrumentos para a realização do estudo a análise documental, a observação participante, entrevistas com 15 participantes e análise por meio da triangulação dos dados a partir dos diferentes instrumentos, articulando-os com o referencial teórico utilizado.

Figura 1: Mapa de localização da aldeia Aperi



Fonte: Material disponibilizado pela indígena Gisele Puruborá.

Em nossa pesquisa, seguindo as ideias de Lüdke e André (1986), consideramos como documentos leis, decretos, pareceres, registros pessoais, livros, estatísticas, projetos e trabalhos escolares e materiais produzidos pelo povo Puruborá, pela professora, pelos professores e pelas crianças, além do registro pessoal da cacique Hozana Puruborá sobre sua família.

A observação participante se deu durante o trabalho de campo, ocorrido na aldeia Aperi entre 2014 e 2015, e por meio da participação em eventos locais promovidos ou que contaram com a participação de lideranças dessa etnia. Segundo André (2004, p. 28): “A observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado”.

As observações na aldeia Aperi ocorreram especialmente na escola Ywará Puruborá, e foram iniciadas após a autorização da cacique, dos professores e das estudantes, bem como com o consentimento dos responsáveis legais. Elas se materializaram por meio de anotações em diário de campo, fotografias e vídeos.

O registro das observações em diário de campo se deu desde o primeiro contato com os participantes, por meio de anotações rápidas que foram transformadas em registros ampliados com descrições minuciosas do contexto observado e nossas impressões e reflexões, as quais contribuíram para definir de forma mais específica os aspectos a serem observados durante a permanência em campo e, posteriormente foram importantes para a realização da análise.

As entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo, com 15 pessoas (10 indígenas e cinco não indígenas), entre elas a cacique, o chefe de núcleo de educação escolar indígena, professores, estudantes, ex-estudantes e mães das estudantes matriculadas na escola na época da pesquisa. Para fins de apresentação da discussão que estamos promovendo no artigo, nos utilizamos da entrevista realizada com a cacique Hozana⁷, o chefe de núcleo de educação escolar indígena Valdinei, a professora Gisele, o professor Deivid e as ex-estudantes Geisa e Marcela.

Utilizamos a entrevista semiestruturada, pois de acordo com Lüdke e André, esse tipo de entrevista permite que durante sua realização sejam feitas as adaptações, correções e explicações que se fizerem necessárias. As autoras classificam esse tipo de entrevista como “o tipo mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação” (1986, p. 34).

Para realização das entrevistas mencionadas utilizamos três roteiros de perguntas: um para os professores e a cacique; um segundo para as ex-estudantes da escola; e outro para o chefe de núcleo. As entrevistas só se concretizaram após um período de convivência com as pessoas da comunidade. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas mediante o consentimento e a autorização dos participantes.

A análise dos dados foi realizada a partir das considerações de Bogdan e Biklen (1994) e André (2004). Segundo Bogdan e Biklen, a análise de dados “é o processo de busca e de organização sistemática de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou” (1994, p. 205).

Para isso, seguimos as orientações desses autores (1994, p. 207), que acreditam que para o investigador “ficar em boa posição para a análise final” é necessário iniciar a análise ainda enquanto estiver no campo. Assim, os dados da pesquisa foram separados, organizados, lidos e analisados desde o início do processo, buscando encontrar elementos que nos possibilitassem a construção das discussões e possíveis conclusões. Para isso, foi necessário articular os dados das diferentes fontes para estabelecer relações entre eles, compreendendo assim os elementos que constituíram a organização do grupo e a conquista da escola nesse território, ainda sem demarcação.

Em atendimento aos princípios éticos, conforme orientações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), após a obtenção da autorização para a realização da nossa

⁷ Estamos utilizando os nomes de Hozana, Valdinei, Gisele e Deivid mediante suas autorizações. Os nomes Geisa e Marcela são fictícios, escolhidos por nós.

pesquisa, nosso projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da Plataforma Brasil do CNS e aprovado em ambas as instâncias.

Destacamos que somente após tal aprovação foi que iniciamos o contato com os participantes para novo diálogo e início da pesquisa com a comunidade, a partir do consentimento e da autorização dos participantes por meio da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no caso de pessoas maiores de 18 anos de idade, e Termos de Assentimento, no caso das crianças.

O povo Puruborá de Rondônia: a conquista da escola e sua interface com a luta pela (re)demarcação do território

O povo Puruborá é um grupo indígena ressurgido/resistente de Rondônia, contatado por volta de 1909, pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, na região do rio Manoel Correia, que é afluente do rio São Miguel (BARBOZA, 2012; CATHEU, 2002; GALÚCIO, 2005).

Esse povo indígena foi quase dizimado nos anos pós-contato, devido a vários fatores, dentre eles: a) a violência a que foram submetidos; b) as doenças (epidemias de sarampo, gripe etc.) que os afetaram; c) a morte de vários Puruborá recrutados para trabalhar como extratores de látex nos dois ciclos da borracha do Estado de Rondônia⁸ (CATHEU, 2002); d) a opressão vivenciada nos seringais do rio Manoel Correia por meio da proibição de sua cultura, suas tradições, seus costumes, seus mitos e sua língua (MONTANHA, 2014); e) a mestiçagem forçada com os seringalistas oriundos da região Nordeste do país, que foram trabalhar nos dois ciclos da borracha (MONTANHA, 2014); f) a ocupação de seu território tradicional pelos seringueiros (CATHEU, 2002); g) as três expulsões da sua terra tradicional a que foram submetidos⁹ (BARBOZA, 2012); h) a acusação pela Fundação Nacional do Índio (Funai) de não serem indígenas, devido à miscigenação com brancos, negros, quilombolas e bolivianos; e i) a dispersão dos Puruborá pelos Estados de Rondônia e de Mato Grosso (MONTANHA, 2014).

O nome Puruborá “significa aquele que se transforma em onça” (MONTANHA, 2014, p. 30) e a história desse povo indígena – a qual foi marcada pela violência justificada pelo progresso do Estado, defendido pelo modo de produção capitalista nessa região, porém, não livre das lutas e da resistência histórica por parte dos Puruborá –, nos permite compreender o significado e a relação com a onça, que é um animal próprio da Amazônia, conhecido pela sua força e resistência.

Neste sentido, atualmente, há várias pessoas que se identificam e são identificadas como Puruborá e que anseiam o reagrupamento do seu povo e a (re)demarcação de seu território. O número exato dessas pessoas ainda é incerto. Segundo informações de Catheu (2002) e Monserrat (2005) a população Puruborá é de 200 pessoas. Para o CIMI-RO (2015) a quantidade é 220. Segundo dados trazidos por Galúcio (2005), a população refere-se a mais de 300 indivíduos. Para o Comin (2007) há

⁸ O primeiro ciclo ocorreu entre os anos de 1877 a 1910 e o segundo aconteceu em decorrência da Segunda Guerra Mundial e se encerrou com o fim da guerra (OLIVEIRA, 2007).

⁹ A primeira expulsão se deu entre 1910 até 1940 por intermédio da invasão das terras do povo indígena Puruborá pela companhia Massud e Kalil. A segunda expulsão aconteceu em 1982, durante a delimitação da Reserva Biológica (Rebio) do Guaporé (BARBOZA, 2012; CASSIMIRO; BARBOZA, 2012; LEONEL, 1995) e a terceira expulsão aconteceu com o processo de delimitação da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau (BARBOZA, 2012).

mais de 400 pessoas que se identificam e são identificadas como Puruborá, e Menezes (2016) aponta o número entre 200 a 1000 pessoas.

Entretanto, a partir do trabalho de campo, percebemos que na aldeia Aperoi residem 30 pessoas (22 Puruborá e 8 não indígenas), distribuídas em oito famílias. Os demais Puruborá residem na zona urbana e rural de municípios do Estado de Rondônia, sendo eles, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia D'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Porto Velho e Guajará-Mirim, e também no Estado de Mato Grosso.

Entre as lutas atuais do povo Puruborá estão: a) o fortalecimento do reconhecimento étnico dos Puruborá – uma vez que a miscigenação forçada entre eles não é bem vista pelos outros povos indígenas do Estado de Rondônia, conforme destacou o professor Deivid: “quando ressurgi [sic] um povo, ainda mais nós povo Puruborá... porque não temos muita característica do próprio índio puro, né? [...] existe uma rejeição dos outros parentes indígenas também” (Entrevista Deivid, 11/09/2014) a revitalização de sua cultura – especialmente a Língua Puruborá do Tronco Tupi, considerada quase extinta (MONSERRAT, 2005), já que, como registrado na ata da quarta assembleia anual, “O chefe do SPI, José Felix do Nascimento, submeteu¹⁰ nossos avós como seringueiros, proibiu nosso povo de falar nossa língua” (ATA DO POVO PURUBORÁ, 2004); e c) a (re)demarcação do território indígena Puruborá.

A indígena Puruborá Gisele Montanha (2014) afirma que esse povo indígena coloca “a luta pela redemarcação do território tradicional como uma das reivindicações mais relevantes, pois somente com a demarcação e proteção do território indígena a etnia Puruborá poderá garantir a sobrevivência material e cultural enquanto povo” (p. 19).

Neste sentido, a (re)demarcação do território do povo Puruborá significa mais que delimitar um espaço físico do qual detém a posse, mas representa a possibilidade de reagrupamento e sobrevivência. Significa que os Puruborá só conseguirão se manter enquanto povo indígena a partir dessa (re)demarcação, podendo sobreviver fisicamente, mas também, ter reconhecida sua identidade indígena, revitalizar a sua cultura e resgatar, construir e compartilhar os seus saberes tradicionais.

Entre as lutas do povo Puruborá, a (re)demarcação do território indígena é um processo que demanda maior resistência por parte desses povos, pois acarretará a desapropriação de muitos agropecuaristas da região e com a valorização da terra por causa do asfaltamento da BR 429, esse processo enfrenta maiores dificuldades e perigos, evidentes nas constantes ameaças contra os Puruborá, especialmente a cacique Hozana, que reside na aldeia Aperoi.

O último Grupo Técnico (GT) constituído com o intuito de realizar estudos complementares necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Puruborá, foi coordenado pelo antropólogo Felipe Ferreira Vander Velden da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), segundo Portaria n. 1.061 de 2014.

¹⁰ Mantivemos a escrita original dos documentos lidos e analisados e destacamos que o objetivo dessa escolha não é evidenciar nenhum erro de português, de concordância ou algo parecido, mas ser fiel à escrita do outro e da outra, mesmo que apresente limites.

A iniciativa, as reivindicações da (re)demarcação do Território Indígena Puruborá e a luta por este território se iniciaram desde a primeira assembleia desse povo, ocorrida nos dias 16 a 18 de outubro de 2001, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO). Destacamos que o apoio do Cimi-RO e do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) foram e têm sido de grande relevância para a concretização das assembleias anuais do povo Puruborá e a sua organização e luta em busca da (re)demarcação do seu território, ou seja, daquele destinado para esse povo por Marechal Rondon.

Segundo Neves (2009), a escola, instituição presente nas aldeias de muitos povos indígenas, pode ter se constituído enquanto uma necessidade desencadeada pelas demandas de identificação, demarcação e homologação dos territórios indígenas e dos outros direitos dos povos indígenas garantidos legalmente. Percebemos que essa necessidade está ligada às representações e aos papéis que esses povos atribuem à escola, expostos na introdução do presente artigo.

Para além da revitalização da cultura e do fortalecimento identitário do povo Puruborá, podemos afirmar que a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Ywará Puruborá é uma das formas de resistência e estratégia de (re)demarcação do território tradicional. Encontramos indícios para nossa afirmação nas entrevistas do professor Deivid e da professora Gisele. De acordo com Deivid, “a conquista e a implementação veio [*sic*] pra nos dá mais força, nas nossas conquistas. Em direito da nossa terra, a saúde e a escola, porque sem educação ninguém vive também, né?” (Entrevista Deivid, 11/09/2014). Gisele afirmou que a pauta da escola ocorreu desde as primeiras assembleias do povo e que os integrantes “falaram que a escola seria importante na luta, pra ajudar a demarcar a terra” (Entrevista Gisele, 12/09/2014).

Identificamos que a primeira reivindicação do povo é o seu território, mas desde a terceira assembleia ocorrida em dezembro de 2003, a educação escolar e a criação da escola na aldeia Aperi foram e têm sido discutidas nas assembleias e reivindicações deste povo (ATA DO POVO PURUBORÁ, 2003). Inclusive, essa solicitação da escola é uma das estratégias para a garantia da (re)demarcação do território desse povo.

No ano de 2004, em assembleia, os Puruborá decidiram colocar em funcionamento “a escola indígena a que demos o nome de escola YWARÁ Puruborá”, e definiram uma jovem Puruborá como professora (ATA DO POVO PURUBORÁ, 2004). Evidenciamos que o nome escolhido para a escola remete às lutas deste povo indígena, já que, segundo a professora Gisele, foi selecionado em homenagem a um guerreiro Puruborá que defendia o seu povo.

Embora criada legalmente em 2005 – ligada à rede estadual de Ensino do Estado de Rondônia, que oferece, por meio do sistema regular do 1º ao 5º ano do ensino fundamental –, a escola Ywará Puruborá só começou a funcionar em 2006, com 18 estudantes matriculados, entre crianças e adultos. A estrutura física era “feita de madeira bruta, com uma simples cobertura de folha de coqueiro e uma lona plástica para auxiliar” (PPP YWARÁ PURUBORÁ, 2014), a qual foi construída pela própria comunidade, conforme relatos dos entrevistados, entre eles, o chefe de núcleo de educação escolar indígena Valdinei: “as pessoas da comunidade fizeram uma escola pau à pique, não sei como fala o nome daquela construção, bruta mesmo, coberta de folhas, folhas secas; e essa escola ficou lá até 2012, 2013” (Entrevista Valdinei, 01/09/2014).

Figura 2: Uma das estruturas antigas da escola Ywará Puruborá



Fonte: Acervo pessoal da primeira autora.

Algumas pesquisas denunciam o estado de precariedade das escolas indígenas e a efetivação da educação escolar indígena (BERGAMASCHI, 2005; MARKUS, 2005; FERREIRA, 2007; ABBONIZIO, 2013): existe o abandono do poder público e diversos desafios no que se refere à estrutura física, ao funcionamento e à organização das escolas indígenas, aos recursos físicos e didáticos, ao currículo, à formação dos professores indígenas etc. Para Abbonizio:

Se as novas escolas indígenas fossem avaliadas em termos de estrutura física, recursos materiais, alimentação escolar, aparelhos esportivos, bibliotecas, laboratórios, acessibilidade e, sobretudo, acompanhamento técnico-pedagógico das equipes das secretarias de educação, provavelmente comporiam um quadro das escolas brasileiras de maior precariedade, como se a prerrogativa de ser escola situada em terra indígena justificasse seu isolamento e restrição a outros direitos (ABBONIZIO, 2013, p. 52-53).

Sendo assim, o caso da escola indígena Ywará Puruborá da aldeia Aperi não é exclusiva e nem exceção à regra. Entretanto, isso não impede que ele seja denunciado, com a finalidade de acrescentar-se à realidade das escolas indígenas brasileiras, expandindo-a e, quiçá, contribuir para a melhoria e concretização da educação escolar indígena no país.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola indígena Ywará Puruborá e da entrevista com Valdinei, sua origem se deu devido à necessidade de um espaço para os indígenas que moravam na região. No entanto, em contato com as pessoas da aldeia Aperi, identificamos outras versões sobre a origem da escola indígena Ywará Puruborá: a) foi uma conquista bem trabalhosa (Entrevista Marcela, 08/09/2014); b) ocasionada pelas ameaças que a cacique Hozana sofreu dos fazendeiros por causa da reivindicação e luta pela (re)demarcação do território (Entrevista Hozana, 04/09/2014); e c) era um sonho de Dona Emília desde que era viva: “Ela queria uma escolinha” (Entrevista Geisa, 03/09/2014). E por resistir às expulsões do território, ter sido uma das anciãs do povo, bem como, uma das memórias vivas da história do povo e da Língua Puruborá, atender um

pedido de Dona Emília e lutar pela escola para as pessoas da aldeia Aperiói, representa também a garantia de um dos seus direitos e o entrelaçamento com as demais lutas desse povo.

Atualmente a escola do povo Puruborá possui uma nova estrutura física em madeira, não está forrada, possui energia elétrica, ar condicionado e computadores instalados e está pintada com uma das pinturas tradicionais Puruborá na parte externa. A escola se divide em uma sala de aula, uma cozinha com água encanada e pia, uma dispensa e um banheiro na parte externa da escola.

Figuras 3 e 4: Nova estrutura da escola Ywará Puruborá



Fonte: Acervo pessoal da primeira autora.

Desde 2013 a escola funciona em sua nova estrutura devido ao interesse, reivindicação e ação das pessoas da comunidade, que construíram a escola mediante a convocação na oitava assembleia do povo, ocorrida em agosto de 2008, da cacique Hozana, pois a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) declarou que a construção da escola só sairia após a demarcação do território do povo (DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO DO POVO PURUBORÁ, 2008).

Considerações finais

A população indígena de Rondônia é de 13.076 mil habitantes, dentre os quais 9.217 estão distribuídos em 25 terras indígenas no Estado, e 3.859, ou seja, em torno de 29,5% dos indígenas vivem fora de seus territórios tradicionais, segundo dados do Censo de 2010 (BRASIL, 2010).

Entre os motivos dessa realidade estão: a mudança para área urbana devido à atuação no movimento indígena, à busca pelos anos finais de escolarização (ensino fundamental e ensino médio) e à insatisfação com as condições de vida nas aldeias, como acontece no caso dos povos indígenas Arara e Gavião do município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia (NEVES, 2013). Outro motivo fortemente presente é a não demarcação dos territórios tradicionais de alguns povos indígenas, como é o caso do povo Puruborá. Neste sentido, quase a totalidade desse povo não está morando no território, que ainda não foi demarcado oficialmente.

Em nossa compreensão, a (re)demarcação do território para o povo Puruborá significa a garantia da sobrevivência e do sustento mediante a caça, a pesca, o plantio de roça, colheita de frutos etc., mas também significa um lugar de uma relação forte e concreta com a natureza e os demais seres, cheios de significados para eles, concepção esta oposta à lógica do modo de produção capitalista, em

que os territórios indígenas brasileiros são mercadorias – terras para compra e venda – e vistos como meios de produção em grande escala e geração de grandes lucros pelos fazendeiros, agropecuaristas, madeireiros etc.

Percebemos que a reivindicação e a conquista da escola indígena Ywará Puruborá decorrem do processo histórico de organização desse povo no âmbito local, regional, nacional e internacional, pois lutam politicamente pela conquista dos seus direitos básicos: território, saúde e educação. Assim, a escola é uma das formas cotidianas de resistência do povo, que se organizou e a construiu, diante da alegação do poder público de que a construção da nova estrutura física só ocorreria após a demarcação oficial do território.

Desta forma, a escola do povo Puruborá é produto de uma mobilização realizada pelas pessoas da aldeia Aperoi. Apesar de apontarem novas necessidades (materiais e pedagógicas), os participantes de nossa pesquisa demonstraram-se satisfeitos com a escola conquistada, especialmente no que se refere à aprendizagem das estudantes.

Além disso, a luta pela escola indígena do povo Puruborá e a sua conquista é uma forma de ter um dos direitos legais efetivado e, conseqüentemente, é uma das estratégias utilizadas pelo povo para o reconhecimento da sua identidade indígena diante dos órgãos legais – Funai, Seduc e outros – e dos demais povos indígenas, especialmente aqueles do Estado de Rondônia.

A escola é um direito que saiu do papel, ou seja, que foi efetivado e que faz parte do processo identitário desse povo, embora tenha-se demandado cinco anos de luta para a conquista da escola e treze anos para a construção da nova estrutura física, ilustrada nas figuras 3 e 4 – mesmo considerando as dificuldades iniciais e atuais quanto à estrutura, ao currículo, ao material didático etc., as quais não são exclusividade do povo Puruborá, como já discorremos anteriormente. Assim, apesar das limitações apresentadas e dos vários desafios a serem ultrapassados, a escola indígena Ywará Puruborá tem contribuído de muitas formas para as lutas desse povo.

Ter o direito à escola num formato indígena pode se constituir como um dos elementos para fortalecer a luta pelo território do povo Puruborá e sua (re)demarcação, pois ao ser um direito mais facilmente conquistado e possibilitar a revitalização da cultura desse povo – o resgate da língua Puruborá, das práticas culturais e dos saberes tradicionais – e o reconhecimento da identidade indígena – ainda que seja incompleto, já que reconhecê-lo significa a demarcação oficial do seu território – pode e tem contribuído na luta pela (re)demarcação da Terra Indígena Puruborá, que, no caso do povo Puruborá, acontece sistematicamente há 18 anos.

Por fim, destacamos que o momento histórico vivenciado pelo povo Puruborá, de ressurgimento e resistência indígena, por meio da participação no movimento indígena e em outras situações de luta pelos seus direitos, da revitalização das práticas culturais e tradicionais e do fortalecimento identitário do povo, pode ser favorável para a (re)demarcação do Território Indígena Puruborá. E a escola Ywará Puruborá está desenvolvendo um papel importante nesse processo.

Entrevistas

GEISA. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Aldeia Aperoi, Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

MARCELA. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Aldeia Aperoi, Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

MONTANHA, Gisele de Oliveira. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Aldeia Aperi, Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

OLIVEIRA, Hozana Castro de. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Aldeia Aperi, Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

SILVA, Deivid Lobato da. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Aldeia Aperi, Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

SILVA, Valdinei Moreira da. [Entrevista cedida a] Anátalia Daiane de Oliveira. Seringueiras, Rondônia, set. 2014.

Referências

ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira. *Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades*. 192fls. Doutorado em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

AMORIM, Siloé Soares de. *Índios ressurgidos: a construção da auto-imagem os tumbalala – Os Kalankó, os Karuazu, os Catókin e os Koiupanká*. 301fls. Mestrado em Mídias da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

AMORIM, Siloé Soares de. *Os Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katókin: resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano*. 431fls. Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. 11 ed. Campinas: Papirus, 2004.

BARBOZA, José Joaci. Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia. *Anais... XI Encontro Nacional de História Oral*, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012 p. 1-16. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339991713_ARQUIVO_PuruboraNarrativasdeumPovoRessurgidonaAmazonia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 20183.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Nhembo'e: enquanto o encanto permanece! Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani*. 272fls. Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Censo demográfico 2010: Características gerais dos indígenas, resultados do universo. In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro, 2010, p. 1-245. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. *Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009*. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>. Acesso em: 04 out. 2013.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. *Portaria Interministerial MJ e MC, n. 559, de 16 de abril de 1991*. Disponível em: <<http://www.indigena.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. *Portaria n. 1.061, de 11 de setembro de 2014*. *Diário Oficial da União*, n. 176, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=48&data=12/09/2014>>. Acesso em: 07 out. 2014.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Edson Machado de. *A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo*. 184fls. Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASSIMIRO, Poliana Alves; BARBOZA, José Joaci. Grupo de Pesquisa em Educação da Amazônia – GPEA: Puruborá um povo indígena resgatando sua identidade e cultura. *Revista Pesquisa & Criação*, v. 11, p. 316-322, 2012.

- CATHEU, Gil de. *Puruborá: mais um povo ressurgido em Rondônia*. Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO). 2002. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=4615>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- CIMI-ANE (Articulação Nacional de Educação). *Memória e resistência: a sabedoria dos povos indígenas*. 2004.
- CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS (COMIN). *Povo Puruborá-RO se organiza para resgatar sua identidade e reconquistar suas terras tradicionais*. 2007. Disponível em: <<http://comin.org.br/noticias/noticia/id/90>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO DE RONDÔNIA (CIMI-RO). Puruborá. *Panewa Especial*. Porto Velho: CIMI-RO, 2015, p. 117-118.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- FERREIRA, Edna. *A criação do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e a educação infantil indígena na aldeia Krukutu*. 112f. Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.
- FERREIRA, Geraldo Veloso. *Educação escolar indígena: as práticas culturais indígenas na ação pedagógica da Escola Estadual Indígena São Miguel – Iauaretê (AM)*. 207fls. Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- GALÚCIO, Ana Vilacy. Puruborá: notas etnográficas e lingüísticas recentes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 1, n. 2, p. 159-192, maio/ago. 2005.
- LEONEL, Mauro. *Etnodidécia Uruéu-au-au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e à preservação ambiental*. São Paulo: Editora da USP/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/FAPESP, 1995.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso (Orgs.). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986, p. 25-44.
- MARKUS, Cledes. *Identidade étnica e educação escolar indígena*. 156f. Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2006.
- MENEZES, Tarsila dos Reis. *O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá (Rondônia)*. 237fls. Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Notícia sobre a Língua Puruborá. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (Orgs.). *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 9-22.
- MONTANHA, Gisele de Oliveira. *Mitos do povo Puruborá*. 37fls. Graduação em Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Ji-Paraná, 2014.
- NEVES, Josélia Gomes. *Cultura escrita em contextos indígenas*. 369fls. Doutorado em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2009.
- NEVES, Josélia Gomes. Povos Indígenas em escolas urbanas da Amazônia: a reedição do contato? *Revista Partes*, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/povosindigenas.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2013.
- NOVAIS, Sandra Nara da Silva. *Prática social de resignificação da educação escolar indígena: compreendendo os processos educativos do cotidiano Terena do município de Aquidauana MS*. 271fls. Doutorado em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.
- OLIVEIRA, Ovidio Amélio de. *História: desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia*. 6 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda., 2007.
- PAIXÃO, Antônio Jorge Paraense da. *Interculturalidade e política na educação escolar indígena da aldeia Teko Haw – Pará*. 171fls. Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, Elio Fonseca. *História da participação do movimento indígena na constituição das 'escolas indígenas' no município de Santa Isabel do Rio Negro-AM*. 113fls. Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- ROSSATO, Veronice Lovato. *Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul – “Será o letrado ainda um dos nossos?”*. 185fls. Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2002.

Recebido em: jul. 2018.

Aceito em: dez. 2018.

Anatália Daiane de Oliveira Ramos: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestra em Psicologia, pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho. Graduada em Pedagogia pela UNIR, Campus de Ji-Paraná. E-mail: anataliadaiane@hotmail.com

Edson Caetano: Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso no curso de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: caetanoedson@hotmail.com

Marli Lúcia Tonatto Zibetti: Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, atuando na graduação e no Mestrado em Psicologia. E-mail: marlizibetti@yahoo.com.br